



# O risco da “desumanização” dos impostos



**DOMINGUES DE AZEVEDO**

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

É uma evidência. A fiscalidade tem sido o tema “estrela” da pré-campanha eleitoral com vista às eleições legislativas de 5 de Junho. Por muito que se diga o oposto, há bastante tempo que a economia co-

manda a política e são as decisões que afectam o bolso de milhões de portugueses que concentram as atenções dos contribuintes.

A incerteza sobre o resultado das eleições e a necessidade de encetar negociações para a formação de um governo na manhã de 6 de Junho, fazem com que toda a estratégia fiscal de cada partido agora apresentada possa cair por terra.

Os constrangimentos do memorando da ‘troika’ são um forte entrave a uma política fiscal ambiciosa.

Certo é que os ajustamentos a serem feitos na economia portuguesa nos próximos 4 ou 5 anos terão de ser tremendamente rígidos. O elástico da carga fiscal não

tem muito mais para onde puxar.

Se não existem dúvidas de que a carga fiscal vai aumentar, independentemente do(s) partido(s) que ascender(em) ao poder, importa saber, preto no branco, que cautelas vão tomar os decisores para que não caiamos numa “desumanização” completa dos impostos sobre os cidadãos, especialmente os mais desfavorecidos. Se é verdade que há, como nunca, uma necessidade brutal de arrecadar receitas, tem de prevalecer, em paralelo, a preocupação de não levar tudo à frente, aplicando uma tributação cega. Como sabemos as classes média e média baixa vão ser o alvo deste nova mudança fiscal, com especial incidência nos

impostos indirectos que vão onerar ainda mais este estrato social.

As notícias mais recentes falam de situações de tragédias sociais. Famílias falidas, incapazes de liquidar os múltiplos créditos que contraíram e um fenómeno mais recente, pessoas singulares a declarar insolvência. Perante um contexto tão adverso, tudo aponta para que o número de insolvências de pessoas singulares, seja, este ano, superior às 2924 registadas em 2010. A iminente perspectiva da subida das taxas de juro, da qual depende os empréstimos à habitação, poderá ser “a espada de Dâmocles” que paira sobre a cabeça de muitos portugueses, a braços com um situação insustentável.

Se por um lado, a previsível descida da Taxa Social Única (TSU) pode trazer mais competitividade às nossas empresas, existe a ameaça de se colocar em risco a sustentabilidade deste fundo autónomo da Segurança Social. Os portugueses estão envolvidos por um lençol que teima em tapar a cabeça e destapa os pés. Tantas dúvidas e tantas perguntas por responder: como se vai recompensar a descida da TSU? Quais os impostos que vão baixar e quais os que sobem? A ‘troika’ diagnosticou e prescreveu a receita. Cabe agora a Portugal dizer como, onde e em que áreas. Aos partidos que formarão governo exige-se prudência, reflexão e muita responsabilidade. ■